

SindCVM Informa

Sua forma de saber o que acontece.



Dia de Luta e União



O SindCVM participou ativamente do Dia Nacional em Defesa do Serviço Público. Em um ato simbólico, diretores do Sindicato e servidores da CVM estenderam uma faixa diante do prédio da autarquia a favor do serviço público e contra a Reforma Administrativa. Na ocasião, dirigentes do SindCVM falaram sobre a importância da mobilização e de como o desmonte do serviço público pode impactar toda a população. Os depoimentos estão disponíveis em vídeo nas nossas redes sociais e no nosso site.

Mais tarde, o presidente do sindicato, Hertz Leal, participou de um evento online organizado pelo Fonacate (Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado), Mobilização e Luta Pelo Futuro do Brasil. Na sua fala, Hertz Leal alertou para a possibilidade de colapso no serviço público, caso a PEC 32 seja aprovada da forma como foi apresentada pelo Governo Federal. O presidente do SindCVM ressaltou ainda que o momento é decisivo e que a participação dos servidores é fundamental. O evento do Fonacate foi visualizado por mais de 6000 pessoas e transmitido também na página do SindCVM no Facebook. Contou com a participação de representantes de mais de trinta entidades, além de parlamentares comprometidos com um serviço público de qualidade.

A luta está só começando. Precisamos de união para fazer frente às ações que podem dilapidar o patrimônio público e os serviços prestados à população, além de afetar diretamente a carreira dos servidores. Junte-se a nós nessa mobilização!

Luto e desmonte do serviço público



Com mais de 300 mil mortos, o Brasil atravessa o pior momento da pandemia do novo coronavírus. Nós da CVM acabamos de perder, com muita tristeza, o colega de trabalho e ex-diretor do SindCVM, Noé Loureiro Madureira, para a Covid-19. Vivemos a transmissão descontrolada no país, o surgimento de novas variantes, os sistemas funerários no limite, hospitais lotados e sem vagas nas unidades de terapia intensiva, onde já há previsão de falta até de sedativos. Completamos, neste mês, um ano da crise sanitária. Um ano inteiro sem que haja uma política concreta de combate ao vírus. A chegada da vacina, desenvolvida em tempo recorde por cientistas e pesquisadores e motivo de comemoração, se tornou, em parte, frustração diante da ausência de um plano nacional de imunização eficiente. Não temos vacinas em quantidade suficientes para atender nossa população, gravíssima essa situação. Pontualmente, por iniciativa de governos estaduais e municipais, há ações que promovem o fechamento de lojas e serviços não essenciais, numa tentativa desesperada de conter o caos.

Nesse quadro, o Governo Federal vem se mobilizando sim, mas para outros fins que não o de buscar uma saída para a tragédia que estamos vivendo. Um deles foi o de aprovar, a toque de caixa, a chamada PEC Emergencial ou PEC 186. E o fez da forma mais cruel: vinculou a aprovação do auxílio emergencial, tão necessário para as famílias carentes que vêm se multiplicando diante do agravamento da crise econômica, a uma contrapartida que vitimou o serviço público. A PEC alterou a Constituição para estabelecer instrumentos que podem ser acionados pelo governo, em caso de crise de contas públicas, para realizar o ajuste fiscal, os chamados gatilhos. Na prática, significa, entre outras medidas, o impedimento de aumentos e reajustes de salários dos servidores e de realização de concursos públicos, comprometendo todo o serviço público prestado à população: desde a saúde, segurança e educação até a fiscalização do mercado financeiro. Isso num momento em que, mais do que nunca, esses serviços são primordiais para o enfrentamento da crise sanitária e na busca de caminhos para reerguer a economia totalmente combalida.

Não é possível fazer qualquer previsão de melhoria na saúde e na economia no cenário atual. Muito pelo contrário, o Brasil segue liderando o número de mortes mundiais e a Organização Mundial da Saúde (OMS), quase que diariamente, manifesta oficialmente sua preocupação com o país, considerado uma ameaça não só para os vizinhos sul-americanos, mas também para o mundo. A mesma OMS vem pedindo cada vez mais a adoção de medidas sérias, agressivas e urgentes do Brasil. Infelizmente, o governo está mais preocupado em desmontar o serviço público.

Assédio Moral: Não!



Nossa campanha de combate ao assédio moral continua. No próximo Informativo, vamos entrevistar a assistente social, doutora pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), Karla Valle, estudiosa do assunto. Ela vai falar, entre outros pontos, sobre aspectos do problema no serviço público e como acolher o assediado. Não perca no próximo SindCVM Informa.

Assembleia no mês que vem



Temos um encontro virtual marcado para o próximo dia 28 de abril. Nesta data, realizaremos nossa Assembleia Geral Ordinária para apreciação das contas do exercício anterior e eleição dos membros do Conselho Eleitoral. Esse Conselho coordena o processo de eleição para Diretoria e Conselho Fiscal, que será realizada no ano que vem. E precisamos de sua ajuda neste processo. Vamos decidir ainda sobre a redução da contribuição mensal dos filiados de 0,7% para 0,5% sobre o total dos vencimentos. Então, anote na agenda: 28 de abril, às 18h, via plataforma Teams. O link para o ingresso na reunião será enviado por e-mail.